

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008176-77.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Bianco Fundações Ltda**  
 Requerido: **ACX Fundações Ltda ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Bianco Fundações Ltda** move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **ACX Fundações Ltda**. Sustenta que foi contratada pela Grande Vereda Empreendimentos Imobiliários Ltda para a prestação de serviços de fundações em um empreendimento de Rio Claro. Subcontratou a ré para a execução de uma parcela desses serviços, especialmente os de estaca escavada. Obrigou-se, em contrapartida, a repassar à ré a quantia de R\$ 3.435,60, do pagamento a ser efetuado pela contratante Grande Vereda. A ré, embora tenha comparecido ao local no dia 29/05/15, iniciou os serviços com atraso, tendo-os realizado parcialmente em 09/06/15 e 10/06/15, sem finalizá-los porquanto o encarregado da obra informou que uma alteração no projeto tornou dispensável esse tipo de fundação. Cerca de um mês depois, a autora recebeu um boleto para pagamento, relativo a uma nota fiscal emitida pela ré, no valor de R\$ 57.326,49, excessivo e indevido. Sob tais fundamentos, pede tutela antecipada e, no mérito, a declaração de inexistência do débito e indenização por danos morais.

Indeferida a tutela antecipada (fls. 62/63).

A autora depositou o valor que entende devido (fls. 72).

Contestou a ré (fls. 76/90), com preliminar de inépcia da inicial, e, no mérito, alegação de que está cobrando o valor correspondente às diárias e despesas compreendidas entre 29/05 e 10/06, sendo que as suas máquinas permaneceram à disposição da autora durante todo esse período.

A autora ofereceu réplica (fls. 116/120).

Instadas as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, pleiteou a ré a produção de prova oral (fls. 124), e a autora concordou com o julgamento antecipado (fls. 126).

Determinou-se a vinda dos autos à conclusão, para sentença (fls. 132).

**É o relatório. Decido.**

A autora não poderá alegar cerceamento de defesa, vez que, instada a especificar provas, requereu o julgamento antecipado.

O STJ entende que "quando a parte permanece em silêncio diante do despacho que comandou a especificação de provas e do pedido de julgamento antecipado da lide, não pode investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999)

No mesmo sentido: REsp 470.709/SP, Rel. Min. CASTRO FILHO, 3ªT, j. 06/04/2004; AgRg no Ag 206.705/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 03/02/2000.

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em venire contra factum proprium, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória.

O raciocínio aplica-se tanto a quem silencia, como a quem pede o julgamento.

A autora foi contratada, em set-2014, pela Grande Vereda para executar, em uma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

obra, serviços de fundação com a utilização de estaca hélice, pelo preço de R\$ 293.005,00, fls. 32/34.

O contrato foi, em abr-2015, aditado, fls. 35/36, para incluir a ré (também) como empresa contratada para a execução dos serviços, especialmente no tocante à perfuração de estacas escavadas, obrigando-se a autora (e não a Grande Vereda) a efetuar os pagamentos à ré.

O contrato entre a autora e a ré não foi formalizado com assinatura.

Todavia, há nos autos, às fls. 107/112, proposta encaminhada pela ré à autora, com a indicação de diversas cláusulas e valores, e nele observamos, na parte final, infra, fls. 112, que *"a permissão para início dos nossos serviços, por escrito ou não, será considerada como aceite integral desta proposta"*.

Ora, como na hipótese dos autos houve a permissão para o início dos serviços, e a autora não comprovou tenha havido qualquer ressalva à proposta, ou alguma renegociação posterior, deverão ser admitidos os termos daquela proposta.

Indo adiante, incontroverso que a ré compareceu ao local, para iniciar os serviços, em 29/05/2015, todavia a execução, propriamente dita, somente começou (ao que parece, atos preparatórios à perfuração) em 09/06/15, tendo em seguida havido interrupção, por ordem do encarregado da obra (preposto da Grande Vereda), sendo as máquinas retiradas em 11/06.

As máquinas e funcionários da ré permaneceram à disposição da autora, portanto, entre 29/05 e 11/06.

Questão de relevo diz respeito ao culpado pelo atraso.

A autora informa, na inicial, que o atraso decorreu de problemas de documentação para que os profissionais responsáveis pelo empreendimento liberassem os serviços de fundação, no canteiro de obras.

Sobre esse aspecto, o e-mail de fls. 99/100, encaminhado em 01/06/2015 pelo engº Rafael Schneider, da autora, a funcionários da ré (que usa o nome fantasia "Calijuri"), contém confissão de que o atraso decorre de culpa da autora, pois o referido profissional diz "falha minha não ter mandado antes a documentação necessária para seu funcionário [da ré] trabalhar na obra de Rio Claro". Saliente-se que essa documentação havia sido solicitada por preposto do empreendimento quinze dias antes, em 15/05/2015, fls. 102.

Não há, nos autos, contraprova produzida pela autora, ou prova de que algum outro fato, posterior, tenha contribuído para um atraso ainda maior.

Conclui-se, pois, que o atraso é imputável à autora.

Prosseguindo, observamos nos autos que, encerrados os serviços, a ré emitiu, em 10/07/2015, nota fiscal à autora, no valor de R\$ 57.326,49, fls. 40, com boleto, fls. 41.

Esse valor tem por base a medição de fls. 104.

A autora não havia inicialmente concordado com a cobrança, veja-se e-mail de fls. 42, que o mesmo engº da autora, Rafael Schneider, encaminhou à funcionária também da autora, Jaqueline Ribeiro Rantin, com cópia para os profissionais da ré, em 22/07/15.

Ali, o engº solicita vagamente "ajuste de valores", sem indicar o que estaria equivocado e qual o valor que considerava justo, e mostrando - recomendamos a leitura do e-mail - que o maior problema da autora não estava propriamente nos valores, e sim no fato da cobrança antes de receber o pagamento da Direcional (= Grande Vereda).

Ocorre que, em 05/08/2015 (depois do e-mail acima, portanto), a mesma Jaqueline Ribeiro Rantin encaminha novamente a medição, ao mesmo Rafael Schneider, conforme fls. 98, e, segundo observamos nos autos, não houve qualquer sorte de impugnação a esses valores.

Ora, a proposta indicava, conforme item 5.1., fls. 108, que as medições seriam consideradas aceitas após o prazo de 02 dias úteis e, no caso em comento, decorreu esse prazo sem qualquer impugnação justificada da autora.

Aliás, mesmo no bojo deste processo a autora não logrou impugnar, de modo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

aceitável, a medição da ré.

Tal medição está às fls. 104 e, contém, de início, cobranças por estar a MÁQUINA À DISPOSIÇÃO, o que tem amparo contratual, pois a proposta tacitamente aceita prevê, fls. 107, o valor de R\$ 1.000,00 por hora parada, ou seja, considerou 5 horas paradas / dia, o que é razoável.

O resto da medição de fls. 104 (DESPESAS OBRA) referente a custos com viagem, abastecimento máquina e hotel, valores justificados porque o atraso foi imputado à autora, e não são excessivos, estando, por regra de experiência, em conformidade com os valores de mercado para diárias de hotel, abastecimento e viagens.

Mais relevante, porém, é o fato de que enquanto a ré traz demonstrativo com a explicação dos fundamentos para o valor que encontrou, inclusive com base em proposta tacitamente aceita, a autora nada faz em sentido contrário. Simplesmente afirma que o valor devido seria R\$ 3.435,60, mas não apresenta justificativa alguma.

Temos, portanto, que a autora não comprovou os fatos constitutivos de seu direito.

Ante o exposto, **julgo improcedente a ação**, e condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Transitada em julgado, levante-se o depósito judicial em favor da autora.

P.R.I.

São Carlos, 04 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**